

ENERGIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, VALORIZAÇÃO DO TRABALHO E SOBERANIA

PROPOSTAS DA CUT

ENERGÍA, DESARROLLO SUSTENTABLE,
CON DISTRIBUCIÓN DE RENTA,
VALORIZACIÓN DEL TRABAJO
Y SOBERANÍA

PROPUESTAS DE LA CUT

ENERGY, SUSTAINABLE DEVELOPMENT,
INCOME DISTRIBUTION,
VALORIZATION OF WORK,
AND SOVEREIGNTY

CUT PROPOSALS



ENERGIA, DESENVOLVIMENTO E SOBERANIA



AS PROPOSTAS DA CUT

A energia tem sido um dos temas mais debatidos recentemente no país, em função de suas potencialidades e impactos na consolidação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. As últimas descobertas do petróleo – pré-sal – potencializam o debate, especialmente pelas implicações geopolíticas.

O setor de energia é considerado um dos mais relevantes para a sustentação do ritmo de crescimento em longo prazo. O potencial das últimas descobertas de petróleo no país, na camada pré-sal, motiva um grande debate sobre o modelo de exploração dessas reservas e o destino a ser dado a esses recursos. Também tem sido motivo de grande debate a expansão da produção agrícola de biocombustíveis, incluindo as preocupações com as questões de segurança alimentar, de zoneamento agrícola, a compra de terras por estrangeiros, a segurança hídrica, a indução ao desmatamento, o trabalho degradante, infantil e análogo ao escravo.

Estes elementos colocaram para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que representa boa parte dos trabalhadores(as) dos segmentos diretamente envolvidos, o desafio de intervir nesse debate e nessa disputa de modelos de desenvolvimento, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e valorização do trabalho.

Considerando a necessidade de que a matriz energética mundial contemple fontes renováveis e não poluentes de energia, que não venham a agravar a fome no mundo e o aquecimento global do planeta, solucionando aspectos equivocados dos modelos de desenvolvimento – altamente poluidores – hoje adotados por uma parcela razoável de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, e até mesmo mudanças de paradigmas;

Sabendo que o Brasil, por seu potencial energético, por sua posição geográfica, pela disponibilidade de terras agricultáveis e pelo domínio da tecnologia alcançada nos últimos 30 anos, desempenhará um papel de destaque neste cenário;

Considerando, ainda, que os agrocombustíveis são uma nova fonte de energia com possibilidades importantes em termos de alternativa energética mais limpa e que têm amplo potencial de inclusão social e de acesso a mercados externos, a partir da premissa do desenvolvimento e da justiça socioambiental;

A CUT DEFENDE AS SEGUINTE PROPOSTAS:

- Uma política energética que garanta a soberania nacional, a sustentabilidade de sua produção e uso, o respeito e a promoção dos direitos sindicais, trabalhistas e sociais dos trabalhadores desses setores, bem como a participação dos trabalhadores e da população na definição de suas diretrizes, e que tenha como seu horizonte a integração regional da América Latina. Nesse sentido, consideramos fundamental que o acordo EUA e Brasil, de cooperação para a expansão do etanol, seja revisto, promovendo amplo debate na sociedade, que envolva os trabalhadores, os movimentos sociais, a comunidade acadêmica e científica;
- Garantir a realização e a consolidação de **Zoneamento Agroecológico**, com participação e controle da sociedade, em todo o Território Nacional, contemplando a produção de alimentos, de oleaginosas, de cana-de-açúcar, de soja, de pastagens, as áreas de preservação ambiental e as áreas para Reforma Agrária, visando evitar maiores agressões ambientais e a implantação da atividade canvieira em áreas necessárias à proteção dos ecossistemas e em regiões estrategicamente importantes para a produção de alimentos, tendo em vista a estratégia de garantir a segurança alimentar;
 - **Com o zoneamento**, regras são estabelecidas para, entre outros objetivos, condicionar projetos de desenvolvimento a critérios de sustentabilidade econômica e social, preservar a mata nativa e também a vocação local ou regional. Assim, torna-se uma ferramenta importante para limitar a monocultura em grandes extensões, garantindo diversidade, produção de alimentos, valorização da agricultura familiar e integração econômica do entorno.
- Garantir a execução de uma Reforma Agrária ampla e massiva que responda às necessidades urgentes de implantação e consolidação dos assentamentos de trabalhadores rurais;
- Garantir a implantação e o monitoramento, com a participação dos trabalhadores(as), na concessão e na manutenção do **Selo Combustível Social** ou **Certificação Social**;
 - **Selo social ou certificação social**, segundo o entendimento da CUT, deve identificar as empresas que comprovarem que o biodiesel e o etanol que produzem é feito a partir de percentuais mínimos de matérias-primas compradas junto à agricultura familiar. Tais percentuais devem atingir 80% de toda a matéria-prima utilizada, e adquiridos, em partes proporcionais, de todas as regiões do País. A concessão e manutenção do selo social devem estar condicionadas também à participação das representações sindicais na negociação de contratos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário já estabelece essas regras para o biodiesel. A CUT defende o selo social também



Agricultores exibem dendê que produziram

para a cadeia do etanol, incluindo nas exigências o respeito às condições de trabalho decente. No mercado interno, as exigências devem ser explícitas. No mercado de exportação, a expectativa é que o selo deva influenciar as compras, com a força de contratos bilaterais e da opinião pública internacional.

- Para fortalecer a agricultura familiar, propomos garantir a ampliação, a desburocratização e o acesso ao crédito com redução das taxas de juros para a agricultura familiar e para os pequenos agricultores, prioritariamente; garantir a universalização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a Agricultura Familiar, em especial para os grupos produtivos de mulheres e jovens, e apoiar o desenvolvimento das cadeias produtivas da agricultura familiar

e economia solidária e criar mecanismos de fomento para estimular as cooperativas desses segmentos para ter maior acesso aos mercados.

■ **O apoio a cooperativas e à agricultura familiar** promovem a geração de emprego e renda e estimulam novas políticas de desenvolvimento local e regional, com a fixação dos trabalhadores e trabalhadoras no campo

- Garantir a limitação dos investimentos de capital e a aquisição de terras por estrangeiros ou por empresa brasileira com participação de capital estrangeiro;

■ **As entidades dos trabalhadores e trabalhadoras rurais** da CUT e das demais entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo exigem que grandes proprietários, brasileiros ou estrangeiros, não possam ter extensões de terras que ultrapassem os 35 módulos fiscais. Essa medida varia de região para região, de cinco hectares na proximidade dos centros urbanos a 100 hectares na região amazônica. Tal alteração na Constituição Federal impedirá a concentração de terra, impulsionará a reforma agrária e valorizará a agricultura familiar.

- Garantir o estabelecimento de metas de contrapartidas sociais (proteção social e ambiental) para os financiamentos públicos e privados e para as isenções fiscais;

■ **Os empréstimos e investimentos públicos e privados** devem ter entre suas cláusulas aquilo que a CUT convencionou chamar de contrapartidas sociais. Os setores ou empresas que receberem esse dinheiro devem ser obrigados a cumprir metas de manutenção e geração de vagas e de proteção ou recuperação ambiental. Se, ao final de um determinado período de carência da linha de financiamento ou após a isenção fiscal tais metas não forem cumpridas, deve haver um mecanismo que puna os tomadores. A CUT quer debater quais instrumentos poderão ser utilizados. Outra contrapartida deve ser a presença de representantes dos trabalhadores na gestão e controle dos projetos, inclusive como forma de garantir o cumprimento das metas.

- Garantir a implantação e financiamento de programas de qualificação e requalificação profissional com a participação dos trabalhadores na gestão;

■ **A qualificação e requalificação** dos trabalhadores e trabalhadoras devem ser cobradas do poder público e dos agentes econômicos envolvidos, e por eles garantidas, para gerar novos empregos e melhor renda a trabalhadores substituídos pela mecanização ou novas tecnologias.

- Apoiar e garantir o combate permanente ao trabalho degradante, escravo e infantil no campo.

A ENERGIA É DO POVO BRASILEIRO. PETRÓLEO PARA GARANTIR DESENVOLVIMENTO, SOBERANIA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



Operador trabalha na P-34

Com relação ao **PETRÓLEO**, defendemos:

- A imediata suspensão de todos os leilões;
- O estabelecimento de um novo marco regulatório para o petróleo da camada pré-sal, que garanta ao Estado brasileiro e à Petrobras a exploração – o que inclui a condução do ritmo de extração das reservas, conforme estratégia de médio e longo prazo – e a comercialização e distribuição;
- Definição de políticas para fortalecimento e criação de cadeias produtivas de fornecedores de equipamentos e tecnologia para a Petrobras e de refino e industrialização do petróleo extraído;
- A criação de um **fundo subordinado ao Estado brasileiro**, com controle social, com a função de gerir os recursos advindos

do pré-sal e para decidir seu destino, com prioridade para projetos de educação, saúde, pesquisa e tecnologia, infra-estrutura, segurança e cultura.

■ **Por isso, lançamos a Campanha Nacional “ENERGIA É SOBERANIA – o pré-sal é nosso”**, visando à consolidação do monopólio estatal do petróleo, com o fim das concessões para exploração das jazidas brasileiras de petróleo e gás, e garantindo a destinação social dos recursos gerados por esta atividade.

BIODIESEL COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL

- Que o Programa Nacional de Produção de Biodiesel crie, efetivamente, as condições para a consolidação de uma agricultura familiar autônoma e inserida em toda a cadeia, com políticas de acesso ao crédito para a produção de matéria-prima;
- Políticas públicas específicas que promovam a construção de mini-usinas;
- A produção de sementes de qualidade;
- A difusão de tecnologia apropriada;
- A implementação de ações de assistência técnica, formação e qualificação;
- Incentivo ao associativismo e à cooperação;
- Desenvolvimento de programas de subsídios, seguros e preços mínimos;
- A inclusão de jovens e mulheres e políticas de produção e abastecimento local de energia, através de arranjos produtivos que promovam o desenvolvimento local e regional;
- A criação do Fundo Nacional de Promoção da Agricultura Familiar no PBPB, por meio da retenção de R\$ 0,01 (um centavo de real) por litro de B2 comercializado, para apoio à agricultura familiar, pesquisa sobre produção de oleaginosas pela agricultura familiar e outras iniciativas;

ETANOL, SÓ COM TRABALHO DECENTE



Detalhe de plantação de cana-de-açúcar

Já para o **ETANOL**, entendendo que sua ampliação pode contribuir para sustentar a expansão dos países pobres, inaugurando uma nova dinâmica de independência comercial, é essencial que se promova uma vigorosa alteração nas relações de trabalho.

Para tal, propomos no âmbito das **políticas públicas**:

- O cumprimento de cotas mínimas de produção de açúcar de forma que o cultivo da cana para a fabricação do etanol não provoque desabastecimento e pressão sobre os preços;
- Iniciativas com vistas à permanência dos trabalhadores e trabalhadoras do setor da cana em seus estados de origem;
- A garantia de os recursos do BNDES destinados ao financiamento de diversos elos da cadeia produtora dos agrocombustíveis sejam acompanhados de contrapartidas sociais e trabalhistas;
- Estímulo à formação de APLA – Arranjos Produtivos Locais – para a produção de álcool, integrando os vários elos da cadeia

produtora como parte de uma política de fortalecimento do desenvolvimento regional;

- A definição de padrões e normas para a produção e exportação do etanol brasileiro, em que a Petrobras exija certificação social e ambiental para seus fornecedores de álcool combustível bem como o desenvolvimento de parcerias com o setor patronal e órgãos públicos de programas de qualificação e requalificação profissional, especialmente para os trabalhadores afetados pela mecanização.

■ **Etanol não é só biocombustível.** O bagaço da cana, que faz parte do grupo tecnicamente conhecido pelo termo biomassa, pode ser usado para a produção de produtos químicos, como o plástico, que normalmente são feitos apenas a partir de derivados de petróleo. Para que isso aconteça, é preciso extrair do bagaço o chamado etanol grau químico, através das biorrefinarias. Os esquemas de produção do etanol a partir da biomassa são referidos como uma segunda geração de biocombustíveis, cujo processamento é uma das mais promissoras tecnologias em fase de desenvolvimento. As perspectivas são de que o etanol químico a médio prazo pode se constituir na alternativa para expansão da produção química brasileira.

No âmbito das **relações de trabalho**, propomos:

- A adoção do Contrato Coletivo Nacional, contemplando o contrato de trabalho com registro em carteira de trabalho, eliminando desta forma todo tipo de contratação precária seja através das “cooperगतos” ou outras formas de intermediação;
- A eliminação da terceirização na contratação;
- A remuneração mínima unificada para todos os trabalhadores na lavoura canavieira;
- O pagamento por produção, definido a partir de uma meta diária executável, considerando as condições de terreno e tipo de cana;
- A garantia de fornecimento gratuito de equipamentos de proteção, segurança e ferramentas de trabalho;
- A assistência médica permanente nos locais de trabalho;
- O transporte seguro e gratuito para o local de trabalho;
- Alojamento e alimentação gratuitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras, de acordo com padrões estabelecidos em legislação e/ou OIT;
- A jornada de trabalho de 40 horas semanais e 8 horas diárias com intervalos para descanso e a imediata eliminação do trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão.

ENERGÍA, DESARROLLO Y SOBERANÍA



LAS PROPUESTAS DE LA CUT

El tema de la energía ha sido uno de los más debatidos recientemente en el país, en función de sus potencialidades e impactos en la consolidación de un proyecto de desarrollo para Brasil. Los últimos descubrimientos de petróleo – el pre-sal – potencian el debate, especialmente por sus implicaciones geopolíticas.

El sector de energía es considerado uno de los más relevantes para el sostenimiento del ritmo de crecimiento en el largo plazo. El potencial de los últimos hallazgos de petróleo en el país, en la capa de pre-sal, motiva un gran debate sobre el modelo de explotación de esas reservas y el destino que se les dará a esos recursos. También ha sido gran motivo de debate la expansión de la producción agrícola de biocombustibles, incluyendo las preocupaciones con las cuestiones de seguridad alimentaria, de zoneamiento agrícola, la compra de tierras por parte de extranjeros, la seguridad hídrica, la inducción a la deforestación, el trabajo degradante, infantil o análogo al esclavo.

Estos elementos le han planteado a la CUT (Central Única de los Trabajadores), que representa a buena parte de los trabajadores/as de los segmentos directamente involucrados, el reto de intervenir en este debate y en esta disputa de modelos de desarrollo, desde la óptica del desarrollo sustentable, con distribución de renta y valorización del trabajo.

Considerando la necesidad de que la matriz energética mundial contemple fuentes renovables y no contaminantes, que no vengán a agravar el problema del hambre en el mundo y del calentamiento global en el planeta, solucionando aspectos equivocados de los modelos de desarrollo – altamente contaminantes – hoy adoptados por una parte considerable de países desarrollados o en desarrollo, e incluso cambios de paradigmas;

Sabiendo que Brasil, por su potencial energético, por su posición geográfica, por la disponibilidad de tierras cultivables y por el dominio de la tecnología alcanzada durante los últimos 30 años, desempeñará un papel de destaque en este escenario;

Considerando, además, que los agrocombustibles son una nueva fuente de energía con posibilidades importantes en términos de alternativa energética más limpia y que tienen gran potencial de inclusión social y de acceso a mercados externos, a partir de la premisa del desarrollo y de la justicia socioambiental;

LA CUT DEFIENDE LAS SIGUIENTES PROPUESTAS:

- Una política energética que garantice la soberanía nacional, la sustentabilidad de su producción y uso, el respeto y la promoción de los derechos sindicales, laborales y sociales de los trabajadores de estos sectores, así como también la participación de los trabajadores y de la población en la definición de sus directrices, y que tenga como horizonte la integración regional de América Latina. En este sentido, consideramos fundamental que el acuerdo entre Estados Unidos y Brasil, de cooperación para la expansión del etanol, sea revisado, promoviendo un amplio debate en la sociedad, que involucre a los trabajadores, a los movimientos sociales y a la comunidad académica y científica;
- Garantizar la realización y la consolidación del **Zoneamiento Agroecológico**, con la participación y el control de la sociedad, en todo el Territorio Nacional, contemplando la producción de alimentos, de oleaginosas, de caña de azúcar, de soja, de pastos, las áreas de preservación ambiental y las áreas reservadas a la Reforma Agraria, con el objetivo de evitar mayores agresiones ambientales y la implantación de cañaverales en áreas necesarias a la protección de los ecosistemas y en regiones estratégicamente importantes para la producción de alimentos, teniendo en cuenta la prioridad de garantizar la seguridad alimentaria;
 - **Con el zoneamiento**, se establecen reglas para, entre otros objetivos, condicionar proyectos de desarrollo a criterios de sustentabilidad económica y social, preservar la selva nativa y también la vocación local o regional. De esta manera, se convierte en una herramienta importante para limitar el monocultivo en grandes extensiones, garantizando la diversidad, la producción de alimentos, la valorización de la agricultura familiar y de la integración económica del entorno.
- Garantizar la ejecución de una Reforma Agraria amplia y masiva que responda a las necesidades urgentes de implantación y consolidación de los asentamientos de trabajadores rurales;
- Garantizar la implantación y el monitoreo, con la participación de los trabajadores/as, en la concesión y en el mantenimiento del **Sello Combustible Social** o **Certificado Social**;
 - **El Sello oficial o certificación social**, según el entendimiento de la CUT, debe identificar a las empresas que comprueben que el biodiesel y el etanol producidos por ellas está hecho a partir de unos porcentajes mínimos de materias primas compradas a la agricultura familiar. Dichos porcentajes deben llegar a un 80% de toda la materia prima utilizada, y adquiridos, en partes proporcionales, en todas las regiones del País. La concesión y el mantenimiento del sello social deben estar condicionados también a la participación de las representaciones sindicales en la negociación de contratos. El Ministerio del Desarrollo Agrario ya ha establecido estas reglas para el bio-



Agricultores exhiben dendé que produjeron

diesel. La CUT defiende el sello social también para la cadena del etanol, incluyendo entre las exigencias el respeto a las condiciones de trabajo decente. En el mercado interno, las exigencias deben ser explícitas. En el mercado de exportación, la expectativa es de que el sello deba influenciar las compras, con la fuerza de contratos bilaterales e de la opinión pública internacional.

- Para fortalecer la agricultura familiar, proponemos garantizar la ampliación, la desburocratización y el acceso al crédito con la reducción de las tasas de interés para la agricultura familiar y para los pequeños agricultores, prioritariamente; garantizar la universalización de los servicios de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) para la agricultura familiar, en especial para los grupos productivos de mujeres y jóvenes, y apoyar el desarrollo de las cadenas productivas de la agricultura familiar

y de la economía solidaria y crear mecanismos de fomento para estimular a las cooperativas de estos segmentos a fin de tener mayor acceso a los mercados.

■ **El apoyo a cooperativas y a la agricultura familiar** promueven la generación de empleo y renta y estimulan nuevas políticas de desarrollo local y regional, con el consiguiente establecimiento de los trabajadores y trabajadoras en el campo

■ Asegurar la limitación de las inversiones de capital y de la adquisición de tierras por parte de extranjeros o incluso de empresas brasileñas con participación extranjero;

■ **Las entidades de los trabajadores y trabajadoras rurales** de la CUT y de las demás entidades que componen el Foro Nacional por Reforma Agraria y Justicia en el Campo exigen que grandes propietarios, brasileños o extranjeros, no puedan tener extensiones de tierras que sobrepasen los 35 módulos fiscales. Esta medida varía de región a región, de 5 hectáreas en las proximidades de los centros urbanos a 10 hectáreas en la región amazónica. Tal alteración en la Constitución Federal impedirá la concentración de tierra, impulsará la reforma agraria y valorizará la agricultura familiar.

■ Garantizar el establecimiento de metas de contrapartidas sociales (protección social y ambiental) para los financiamientos públicos y privados y para las exenciones fiscales;

■ **Los créditos y las inversiones públicos y privados** deben tener entre sus cláusulas aquello que la CUT ha convenido llamar las contrapartidas sociales. Los sectores o empresas que reciban este dinero deben verse obligados a cumplir metas de mantenimiento y generación de puestos de trabajo y de protección o recuperación ambiental. Si, al final de un determinado período de carencia de la línea de financiamiento o luego de una exención fiscal, tales metas no son cumplidas, debe haber un mecanismo que sancione a los tomadores. La CUT quiere debatir cuáles son los instrumentos que pueden ser utilizados. Otra contrapartida debe ser la presencia de representantes en la gestión y en el control de los proyectos, incluso como forma de garantizar el cumplimiento de las metas.

■ Garantizar la implantación y el financiamiento de programas de calificación y recalificación profesional con la participación de los trabajadores en la gestión;

■ **La calificación y recalificación** de los trabajadores y trabajadoras deben ser reclamadas al poder público y a los agentes económicos involucrados, y por ellos garantizadas, para generar nuevos empleos y mejorar la renta de trabajadores sustituidos por la mecanización o nuevas tecnologías.

■ Apoyar y garantizar el combate permanente al trabajo degradante, esclavo e infantil en el campo.

LA ENERGÍA ES DEL PUEBLO BRASILEÑO. PETRÓLEO PARA GARANTIZAR EL DESARROLLO, LA SOBERANÍA Y LA DISTRIBUCIÓN DE LA RIQUEZA



Operador trabaja en la P-34

Con relación al **PETRÓLEO**, defendemos:

- La inmediata suspensión de todas las licitaciones;
- El establecimiento de un nuevo marco regulatorio para el petróleo de la camada de pre-sal, que garantice al Estado brasileño y a la Petrobrás la explotación – que incluye la dirección del ritmo de extracción de las reservas, conforme a la estratégica de mediano y de largo plazo – y la comercialización y distribución;
- Definición de políticas para el fortalecimiento y la creación de cadenas productivas de proveedores de equipamientos y tecnología para la Petrobrás y de refinación e industrialización del petróleo extraído;
- La creación de un **fondo subordinado al Estado brasileño**, con control social, con la función de gestionar los recursos

proveniente del pre-sal y para decidir su destino, con prioridad para proyectos de educación, salud, investigación y tecnología, infraestructura, seguridad y cultura.

■ **Por eso, lanzamos la Campaña Nacional “ENERGÍA ES SOBERANÍA – el pre-sal es nuestro”**, aspirando a la consolidación del monopolio estatal del petróleo, el fin de las concesiones para la explotación de los yacimientos brasileños de petróleo y gas, y garantizando el destino social de los recursos generados por esta actividad.

EL BIODIESEL COMO FACTOR DE INCLUSIÓN SOCIAL

Para el **BIODIESEL**, dada la convicción de que éste pueda representar una oportunidad para la agricultura familiar, defendemos:

- Que el Programa Nacional de Producción de Biodiesel cree, efectivamente, las condiciones para la consolidación de una agricultura familiar autónoma e inserta en toda la cadena, con políticas de acceso al crédito para la producción de materia prima;
- Políticas públicas específicas que promuevan la construcción de mini usinas;
- La producción de semillas de calidad;
- La difusión de tecnología apropiada;
- La implementación de acciones de asistencia técnica, formación y cualificación;
- Incentivo al asociativismo y a la cooperación;
- Desarrollo de programas de subsidios, seguros y precios mínimos;
- La inclusión de jóvenes y mujeres y de políticas de producción y abastecimiento local de energía, a través de arreglos productivos que promuevan el desarrollo local y regional;
- La Creación de un Fondo Nacional de Promoción de la Agricultura Familiar en el PBPB, por medio de la retención de R\$ 0,01 (un centavo de real) por litro de B2 comercializado, para apoyo a la agricultura familiar, la investigación sobre producción de oleaginosas por parte de la agricultura familiar y otras iniciativas;

ETANOL, SÓLO CON TRABAJO DECENTE



Detalle de plantación de caña de azúcar

En lo que se refiere al **ETANOL**, entendiendo que su ampliación puede contribuir para la sustentación y la expansión de países pobres, inaugurando una nueva dinámica de independencia comercial, es esencial que se promueva una vigorosa alteración de las relaciones de trabajo.

Para ello, proponemos, en el ámbito de las **políticas públicas**:

- El cumplimiento de cuotas mínimas de producción de azúcar de forma tal que el cultivo de caña para la fabricación del etanol no provoque desabastecimiento y presión sobre los precios;
- Iniciativas con vistas a la permanencia de los trabajadores y trabajadoras del sector de la caña en sus estados de origen;
- La garantía de que los recursos del BNDES destinados al financiamiento de diversos eslabones de la cadena productiva de los agrocombustibles vayan acompañados de contrapartidas sociales y laborales;
- Estímulo a la formación de APLA – Arreglos Productivos Locales – para la producción de alcohol, integrando a los varios

eslabones de la cadena productiva como parte de una política de fortalecimiento del desarrollo regional;

- La definición de patrones y normas para la producción y exportación del etanol brasileño, según los cuales la Petrobrás exija la certificación social y ambiental a sus proveedores de alcohol combustible, así como el desarrollo de cooperación con el sector patronal y organismos públicos de programas de formación y recalificación profesional, especialmente para los trabajadores afectados por la mecanización.

■ **El Etanol no es sólo biocombustible.** El bagazo de la caña, que forma parte del grupo técnicamente conocido por el término biomasa, puede ser usado para la producción de productos químicos, como el plástico, que generalmente son hechos a partir de derivados del petróleo. Para que esto suceda, es necesario extraer del bagazo el llamado etanol de grado químico, a través de biorrefinerías. Los esquemas de producción del etanol a partir de la biomasa son mencionados como una segunda generación de biocombustibles, cuyo procesamiento es una de las tecnologías más promisorias en fase de desarrollo. Las perspectivas son de que el etanol químico a mediano plazo puede constituirse en la alternativa para la expansión de la producción química brasileña.

En el ámbito de las **relaciones de trabajo**, proponemos:

- La adopción del Contrato Colectivo Nacional, contemplando el contrato de trabajo con registro formal, eliminando de esta forma todo tipo de contratación precaria, ya sea a través de las falsas cooperativas (“cooperagatos”) o de otras formas de intermediación;
- La eliminación de la tercerización en la contratación;
- La remuneración mínima unificada para todos los trabajadores en las labores de la caña;
- El pago por producción, definido a partir de una meta diaria ejecutable, considerando las condiciones del terreno y el tipo de caña;
- La garantía de provisión gratuita de equipos de protección, seguridad y herramientas de trabajo;
- La asistencia médica permanente en los lugares de trabajo;
- El transporte seguro y gratuito hacia el lugar de trabajo;
- Alojamiento y alimentación gratuitos para todos los trabajadores y trabajadoras, de acuerdo a los parámetros establecidos en la legislación y/o la OIT;
- La jornada de trabajo de 40 horas semanales y 8 horas diarias con intervalos de descanso y la inmediata eliminación del trabajo infantil y el trabajo análogo a la esclavitud.

ENERGY, DEVELOPMENT, AND SOVEREIGNTY



CUT PROPOSALS

Energy has been high on the agenda in Brazil lately both for its potentiality and impact on consolidating a development project for Brazil. The recent discovery of crude oil – pre-salt – has heated the debate, especially because of its geopolitical implications.

The energy sector is considered one of the most relevant to maintaining long-term consistent growth pace. The recent discovery of crude oil in Brazil, on the pre-salt layer, has created a fierce debate around exploitation models for these reserves and the use of these resources. The expansion of biofuel agricultural production has also become a topic of debate about issues related to food security, agricultural zoning, land purchase by foreigners, water security, inducing deforestation, degrading, child, and slavery-like labor.

Therefore, CUT-Brazil (Central Única dos Trabalhadores), which represents most workers of the segments directly involved, was presented the challenge of intervening in this debate on development models, from a sustainable development perspective, including income distribution and valorization of work.

Whereas world power generation must rely on non-polluting energy sources to avoid increased starvation and global warming; highly polluting development models, currently adopted by many developed and developing countries, need to be revised and paradigms be changed;

Whereas Brazil will play an important role in this scenario because of its energetic potential, geographic position, availability of cultivating land, and domain of technology achieved in the past 30 years;

Whereas agrofuels are a new energy source with important possibilities in terms of cleaner energetic alternatives with high potential of social inclusion and access to external markets, based on the premise of development and social-environmental justice;

CUT DEFENDS THE FOLLOWING PROPOSALS:

- An energy policy that ensures national sovereignty, sustainability of its production and use, respect and promotion of workers' union, labor, and social rights, as well as the active participation of workers and the population in defining its guidelines for Latin America regional integration. Thus, we consider that the U.S.-Brazil cooperation agreement to expand ethanol must be revised to promote a broad debate that involves workers, social movements, and the academic and scientific community;
- Ensure that **Agroecological Zoning** is carried out and consolidated with the participation and control of society in all National Territory, covering the production of food, oilseed, sugar cane, soy, pasture, environment preservation areas and areas for Land Reform, to avoid more environmental aggressions and the implementation of sorghum activities in areas needed for protecting ecosystems and in regions strategically important for food production to guarantee food security;
 - **With zoning**, rules are created to condition development projects to economic and social sustainability criteria, preserve native forest and local or regional vocation. Thus, it has become an important tool to limit large-scale monoculture and guarantee diversity, food production, family farming valorization, and economic integration of the surroundings.
- Ensure the execution of a wide and massive Land Reform that responds to the urgent needs of creating settlements for rural workers;
- Guarantee the implementation and monitoring of a **Social Fuel Seal** or **Social Certification** with the participation of workers;
 - **Social seal or social certification**, as far as CUT understands, must identify companies that can prove that the biodiesel and ethanol they produce is made with a minimum percentage of raw-materials bought from family farmers. This percentage must reach 80% of all raw-materials used and acquired proportionally from all regions of Brazil. Concession and maintenance of a social seal must also be conditioned to union representatives participating in the negotiation of contracts. The Ministry of Agrarian Development has already created these rules for biodiesel. CUT defends the social seal for the ethanol chain as well, including requirements about decent working conditions. In the internal market, requirements must be explicit. In the exportation market, the seal is expected to influence purchases because of bilateral contracts and international public opinion.



Rural workers show palmoil coconut produced by them

- To strengthen family farming, we propose the guarantee of expansion, deburocratization, and access to credit with reduced interest rates for family farmers and small farmers, as a priority; ensure that Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services are extended to all family farmers, especially productive groups of women and youth, support the development of productive chains of family farming and solidarity economy, and create mechanisms to foster co-ops of these segments so they have better access to markets.

■ **Support to co-ops and family farmers** promote job and income generation and motivate new local and regional development policies, placing workers in the countryside

- Ensure the limitation of capital investments and land acquisition by foreigners or Brazilian companies with foreign capital;
.....
 - **Entities of rural workers** from CUT and other entities that make up the National Forum for Land Reform and Justice in the Countryside require that Brazilian or foreign big land-owners are not allowed to have land over 35 fiscal modules. This measure varies according to the region, from 5 hectares in urban centers to 100 hectares in the Amazon. This change in the Federal Constitution prevents land concentration, boosts land reform, and valorizes family farming.

- Ensure social counterpart (social and environmental protection) goals are set for public and private financing and for fiscal exemption;
.....
 - **Public and private loans and investments** must include in their provisions what CUT calls social counterparts. Companies and sectors that receive the money must be obliged to meet goals of vacancy maintenance and generation, and environmental protection and recovery. If these goals are not attained after a set grace period for a financing facility or fiscal exemption, there should be a punishment mechanism. CUT wants to debate which instruments could be used. Another counterpart must be the presence of workers' representatives in managing and controlling projects, including as a manner to ensure goals are met.

- Ensure the implementation and financing of professional qualification and requalification programs with workers participating in the management;
.....
 - **Qualification and requalification** of workers must be demanded from and ensured by the department of justice and economic bodies involved to create new jobs and improve the income of workers replaced with mechanization or new technologies.

- Support and guarantee the permanent fight against degrading, slave, and child labor in the field.

ENERGY BELONGS TO THE BRAZILIAN POPULATION. OIL TO GUARANTEE DEVELOPMENT, SOVEREIGNTY, AND INCOME DISTRIBUTION



Worker at the platform P-34

As for **OIL**, we defend:

- Immediate suspension of all auctions;
- Creation of a new regulatory mark for pre-salt oil that guarantees to the Brazilian State and Petrobrás its exploitation – including setting the pace for reserve exploitation for medium and long term strategy – trade and distribution;
- Creation of policies to strengthen and create productive chains to supply equipment and technology to Petrobrás for refining and industrialization of oil extracted;
- Creation of **fund subordinate to the Brazilian State**, with social control to manage resources from pre-salt and to decide

about its destination, with priority to education, health, research, technology, infra-structure, security, and culture projects.

- **That is why we launched the National Campaign “ENERGY IS SOVEREIGNTY – the pre-salt is ours “**, to consolidate oil state monopoly and end concessions to exploit Brazilian oil and gas mines and guarantee resources generated by this activity are used for the social.

BIODIESEL AS A SOCIAL INCLUSION FACTOR

For **BIODIESEL**, since this could represent an opportunity for family farming, we defend:

- That the Biodiesel Production National Program creates the conditions to consolidate autonomous family farmers throughout the chain, with policies of credit for raw-material production;
- Specific public policies that promote the construction of mini power plants;
- Production of quality seeds;
- Diffusion of appropriate technology;
- Implementation of technical assistance, training, and qualification actions;
- Incentive to associativism and cooperation;
- Creation of programs of subsidies, insurance, and minimum prices;
- Inclusion of youth, women, and local energy production and supply policies through productive agreements that promote local and regional development;
- Creation of Family Farming Promotion National Fund in PBPB by withholding R\$ 0.01 (one cent of Real) per liter of B2 sold to support family farming, research of oilseed production for family farming and other initiatives;

ETHANOL, ONLY WITH DECENT WORK



Sugar cane plantation detail

As for **ETHANOL**, since we understand its expansion can contribute to sustaining the expansion of poor countries, creating new dynamics of trade independence, it is essential to promote a vigorous change in the work relations.

To do that, we propose in terms of **public policies**:

- Compliance with sugar production minimum quotas so that cane crops for making ethanol do not result in supply shortage and pressure over prices;
- Initiatives to ensure workers of the sugar cane sector stay in their states of origin;
- Guarantee that resources from BNDES to finance several levels of the agrofuel producing chain come with social and labor counterparts;

- Incentive to form APLA – Local Productive Agreements – to produce alcohol, integrating several levels of the production chain as part of a policy to strengthen regional development;
- Definition of standards and norms for production and exportation of Brazilian ethanol, where Petrobrás will require social and environmental certification from its fuel alcohol suppliers, as well as forming partnerships with employers and professional qualification and requalification public bodies, especially for workers affected by mechanization.
 - **Ethanol is not only a biofuel.** Cane bagasse, which is part of the group technically known as biomass, can be used to produce chemical products, such as plastic, that is typically made from oil derivatives. For that to happen, chemical ethanol must be extracted from the bagasse through biorefineries. Ethanol production from biomass is called biofuel second generation, whose processing is one of the most promising technologies being developed. Chemical ethanol is expected to be an alternative for the expansion of Brazilian chemical production in the medium term.

In terms of **labor relations**, we propose:

- The adoption of a National Collective Agreement, including formalized work contracts, eliminating any precarious hiring or other types of intermediation;
- Elimination of outsourcing;
- Minimum wage unified for all workers of sorghum crops
- Payment per production, defined from a daily executable goal, considering soil condition and cane type;
- Guarantee of free supply of protection, safety equipment and working tools;
- Permanent medical assistance at workplace;
- Safe and free transportation to workplace;
- Free housing and food for all workers, according to standards provided for by the laws and/or ILO;
- Regular working hours of 8 hours a day and 40 hours a week with breaks for rest and immediate elimination of child labor and slavery-like work.

Direção Executiva Nacional da CUT 2006/2009

Presidente: Artur Henrique da Silva Santos
Vice-Presidente: Carmen Helena Ferreira Foro
Secretário Geral: Quintino Marques Severo
Primeiro Secretário: Adeilson Ribeiro Telles
Tesoureiro: Jacy Afonso de Melo
Primeiro Tesoureiro: Antonio Carlos Spis
Secretário de Relações Internacionais: João Antônio Felício
Secretário de Política Sindical: Wagner Freitas de Moraes
Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Tino)
Secretária de Comunicação: Rosane Bertotti
Secretário de Políticas Sociais: Expedito Solaney Pereira de Magalhães
Secretária de Organização: Denise Motta Dau
Secretária sobre a Mulher Trabalhadora: Rosane da Silva

Diretores/as Executivos/as

Anízio Santos de Melo
Antonio Soares Guimarães (Bandeira)
Dary Beck Filho
Elisangela dos Santos Araújo
José Lopez Feijóo
Júlio Turra Filho
Manoel Messias Nascimento Melo
Milton Canuto de Almeida
Rogério Batista Pantoja
Temístocles Marcelos Neto

Escritório da CUT Nacional em Brasília

Carlos Henrique de Oliveira
Lúcia Regina dos Santos Reis

Conselho Fiscal - Efetivos

Maria Julia Reis Nogueira
Valdemir Medeiros da Silva
Alci Matos Araújo

**Esta publicação é baseada em resolução da 12ª Plenária Nacional da CUT,
e subsidiada pelos debates do GT Energia e da Jornada pelo Desenvolvimento
com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho**

Apoio

CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos)
CNQ (Confederação Nacional dos Químicos)
Contac (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação)
Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura);
FES (Fundação Friedrich Ebert)
FNU (Federação Nacional dos Urbanitários)
FUP (Federação Única dos Petroleiros)
Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo)
Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul)

Equipe técnica

Darlene Testa
Fernanda Forte
Marilane Teixeira
Patrícia Pelatieri
Vânia Viana

Jornalista responsável

Isaías Dalle (MTB 16.871)

Projeto gráfico

Caco Bisol

Tradução

Espanhol: Celina Lagrutta
Inglês: AdVerbum



FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG